MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
302
DIVISÃO
DE ATOS
INTERNACIONAIS
4953

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO DO ENSINO TÉCNICO NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, firmado na cidade de Rivera, em 12 de junho de 1975;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área de meio ambiente reveste-se de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem como objetivo a implementação do Projeto "Fortalecimento do Ensino Técnico na Área de Meio Ambiente", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento sustentável, ambientalmente saudável e socialmente aceitável, por meio da capacitação profissional e da ampliação da oferta educativa, em especial na região de fronteira.

2. O Projeto especificará os objetivos, as atividades e os resultados que se pretende alcançar no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e o Instituto Federal Sul Riograndense de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSUL) como instituições responsáveis pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Oriental do Uruguai designa:

a) o Ministério de Relações Exteriores (MRREE), o Escritório de Planejamento e Orçamento da Presidência da República (OPP) e o Departamento de Cooperação Internacional como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Conselho de Educação Técnico Profissional (CETP-UTU) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Uruguai as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) receber técnicos uruguaios no Brasil para serem capacitados; e

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Oriental do Uruguai cabe:

a) designar técnicos para participarem das atividades previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) realizar o acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros do Estado brasileiro ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional.

4. As Partes executarão o Projeto de acordo com a sua disponibilidade orçamentária.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, quando a legislação das Partes o permita, ambas poderão estabelecer mecanismos de cooperação com instituições dos setores público e privado, organismos internacionais e agências de cooperação, que deverão estar previstos em outros instrumentos, que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Oriental do Uruguai.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito do presente Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. Caso se publiquem os referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

Artigo VII

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, renováveis automaticamente por iguais períodos, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes, o que deverá ser feito por escrito, com uma antecedência mínima de três (3) meses.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado ou emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de desconstituir o presente Ajuste Complementar, sendo as Partes responsáveis por decidir sobre a continuidade das atividades que se encontrem em execução. A denúncia terá efeito três (3) meses após a data da respectiva notificação.

Artigo X

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, firmado na cidade de Rivera, em 12 de junho de 1975.

Feito em , em de de 2009, em dois exemplares originais, em língua portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

José Eduardo Martins Felício
Embaixador

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Wilson Netto Marturet
Diretor-Geral da Universidade de Trabalho do Uruguai



ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN CIENTÍFICA Y TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY PARA LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO "FORTALECIMIENTO DE LA EDUCACIÓN TÉCNICA EN EL ÁREA DE MEDIO AMBIENTE"

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República Oriental del Uruguay
(en adelante denominados las "Partes"),

Considerando que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas y sostenidas por el Acuerdo Básico de Cooperación Científica e Técnica entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay, firmado en la ciudad de Rivera, el 12 de junio de 1975;

Considerando el deseo recíproco de promover la cooperación para el desarrollo; y

Considerando que la cooperación técnica en el área de medio ambiente reviste especial interés para las Partes,

Acuerdan lo siguiente:

Artículo I

1. El presente Acuerdo Complementario tiene como objetivo la implementación del proyecto "Fortalecimiento de la Educación Técnica en el Área de Medio Ambiente", en adelante denominado "Proyecto", cuya finalidad es contribuir al desarrollo sostenible, ambientalmente saludable y socialmente aceptable, por medio de la capacitación profesional y de la expansión de la oferta educativa, especialmente en la región fronteriza.

2. El Proyecto precisará los objetivos, las actividades y los resultados alcanzados en el ámbito del presente Acuerdo Complementario.

c) otorgar apoyo operacional a los técnicos enviados por el Gobierno brasileño, mediante el suministro de todas las informaciones necesarias a la ejecución del Proyecto; y

d) realizar el seguimiento y la evaluación del desarrollo del Proyecto.

3. El presente Acuerdo Complementario no implica cualquier compromiso de transferencia de recursos financieros del Estado brasileño o cualquiera otra actividad onerosa al patrimonio nacional.

4. Las Partes ejecutarán el Proyecto de conformidad a su disponibilidad presupuestaria.

Artículo IV

Para la ejecución de las actividades previstas en el Proyecto, cuando la legislación de las Partes lo permita, ambas podrán establecer mecanismos de cooperación con instituciones de los sectores público y privado, organismos internacionales y agencias de cooperación, que deberán estar previstos en otros instrumentos, distintos del presente Programa Ejecutivo.

Artículo V

Todas las actividades mencionadas en este Acuerdo Complementario estarán sujetas a las leyes y a los reglamentos vigentes en la República Federativa de Brasil y en la República Oriental del Uruguay.

Artículo VI

1. Las instituciones ejecutoras mencionadas en el Artículo II elaborarán informes sobre los resultados alcanzados en el Proyecto desarrollado en el ámbito de este Acuerdo Complementario, los cuales serán presentados a las instituciones coordinadoras.

2. Los documentos resultantes de las actividades desarrolladas en el contexto del Proyecto a que se refiere el presente Acuerdo Complementario serán de propiedad conjunta de las Partes. En caso de que se publiquen los referidos documentos, las Partes deberán ser previa y formalmente consultadas y mencionadas en el cuerpo del documento objeto de publicación.

Artículo VII

1. El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá una vigencia de dos (2) años, renovables automáticamente, por períodos de igual duración, hasta el cumplimiento de su objetivo, a menos que cualquiera de las Partes manifieste a la otra, por escrito, su intención de darlo por terminado, con una antelación mínima de tres (3) meses.

2. El presente Acuerdo Complementario podrá ser modificado o enmendado a cualquier momento, por consentimiento mutuo de las Partes, por la vía diplomática.

El Proyecto será aprobado y firmado por las instituciones coordinadoras y ejecutoras.

Artículo II

1. El Gobierno de la República Federativa de Brasil designa:

a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio das Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como institución responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

b) a la Secretaría de Educación Profesional y Tecnológica del Ministerio de Educación (SETEC/MEC) y al Instituto Federal Sul Riograndense de Educación, Ciencia y Tecnología (IFSUL) como instituciones responsables de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

2. El Gobierno de la República Oriental del Uruguay designa:

a) al Ministerio de Relaciones Exteriores (MRREE), a la Oficina de Planeamiento y Presupuesto de la Presidencia de la República (OPP) y al Departamento de Cooperación Internacional como instituciones responsables de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

b) al Consejo de Educación Técnico Profesional (CETP-UTU) como institución responsable de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

Artículo III

1. Corresponde al Gobierno de la República Federativa de Brasil:

a) designar y enviar técnicos para desarrollar en Uruguay las actividades de cooperación técnicas previstas en el Proyecto;

b) recibir técnicos uruguayos en Brasil para que sean capacitados; y

c) hacer el seguimiento y evaluación del desarrollo del Proyecto.

2. Corresponde al Gobierno de la República Oriental del Uruguay:

a) designar técnicos para participar de las actividades previstas en el Proyecto;

b) poner a disposición las instalaciones e infraestructura adecuadas para la ejecución de las actividades de cooperación técnica previstas en el Proyecto;

Artículo VIII

Cualquier controversia relativa a la interpretación o ejecución del presente Acuerdo Complementario que surja durante su ejecución será resuelta directamente por las Partes, por vía diplomática.

Artículo IX

Cualquiera de las Partes podrá notificar, en cualquier momento, por vía diplomática, su decisión de denunciar el presente Acuerdo Complementario, siendo las Partes responsables de decidir sobre la continuidad de las actividades que se encuentren en ejecución. La denuncia tendrá efecto tres (3) meses después de la fecha de la respectiva notificación.

Artículo X

Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario, se aplicarán las disposiciones del Acuerdo Básico de Cooperación Científica y Técnica entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay.

Hecho en , el de de 2009, en dos ejemplares originales, en portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY